

PLS. 2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal do Rio Grande

REQUERIMENTO

Câmara Municipal do Rio Grande

PROCESSO N.º 053

14.01/2003

COPIADO
DO
ORIGINAL

REQUER URGÊNCIA

	ATA Nº
EXPEDIENTE ____/____/03	
ACEITO EM ____/____/03	
APROVADO EM ____/____/03	
REJEITADO EM ____/____/03	
ARQUIVO	

Exmo. Sr. Presidente

O VEREADOR abaixo assinado requer a V. Exma., após ouvida a Casa, na forma regimental, seja enviada as Comissões Técnicas o seguinte:

PROJETO DE LEI - 04

"Dispõe sobre a possibilidade de oferecimento de merenda escolar no período de férias para os alunos carentes da Rede Municipal de Ensino".

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal Educação e Cultura, autorizada a optar em disponibilizar merenda escolar no período de férias oficiais de inverno e verão àqueles alunos comprovadamente carentes da rede pública municipal de ensino do Município do Rio Grande.

Art. 2º - Os cardápios das merendas no período de férias devem manter similaridade com os fornecidos no período letivo, para fins de atendimento das necessidades nutricionais básicas diárias do aluno.

VISTO

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal do Rio Grande
REQUERIMENTO

Câmara Municipal do Rio Grande
PROCESSO N.º 053
25/04/2003

Continuação.....

Art. 3º - Para efeitos desta Lei considera-se carente o aluno cuja renda familiar não ultrapasse a 1(um) salário mínimo nacional.

Art. 4º - Compete às Escolas da Rede Municipal de Ensino, juntamente com a Secretaria de Cidadania e Ação Social realizarem a triagem e o cadastramento de alunos que atendam aos requisitos do artigo anterior para os benefícios da lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2003.


Vereador Cláudio Costa
Líder Bancada PT

VISTO

Presidente



**BANCADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
RIO GRANDE - RS**

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE	
PROCESSO Nº	432
25/04/2003	2003
RUBRICA	FOLHAS
N.	01

FLS. 4

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)/ Câmara municipal do Rio Grande.

Vereador Cláudio Costa, líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, diante do parecer de inconstitucionalidade ao projeto de lei nº 04 – Processo 053, venho, nos termos da resolução 001/99, requerer a reconsideração do voto desta comissão, pelas seguintes razões:


- a) o presente projeto de lei não fere o princípio da independência e harmonia dos poderes nem tampouco gera despesas, pois tivemos o cuidado de deixar bem claro em seu artigo 1º o caráter autorizativo, portanto não obriga o poder executivo. Vejamos o que diz o artigo 1º do presente projeto de lei:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal Educação e Cultura, AUTORIZADA A OPTAR EM DISPONIBILIZAR MERENDA ESCOLAR no período de férias oficiais de inverno e verão àqueles alunos comprovadamente carentes da rede pública municipal de ensino do Município do Rio Grande."

- b) diante das razões apresentadas e entendendo, ainda, que a Câmara Municipal não tem o dever de abstenção em se tratando de assuntos da comunidade e sim o dever da iniciativa, é que acredito ser pertinente a reconsideração, para que o referido projeto possa ser apreciado pelo duto plenário.

Atenciosamente,

Rio Grande, 24 de abril de 2003.


Vereador Cláudio Costa
Líder Bancada PT

Enc. a C.C.J. 22.04.2003 fls. 7350



A mais antiga do Estado
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

FLS. 5

DESPACHO

Processo nº

432/03

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador

(a) Uanilson

Deliberou a Comissão de (X) enviar, () não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 21 de maio de 2003

[Assinatura]
Presidente da Comissão

PARECER JURÍDICO

Nº

() Em anexo

() O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e adequado a Técnica Legislativa

Rio Grande, de de 200

[Assinatura]
Consultor Jurídico

DESPACHO

Na condição de Relator (a) :

(X) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.

() Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.

() O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 1º de junho de 2003

[Assinatura]
Relator(a)



Júlio Rodrigues
Consultor Jurídico

PARECER Nº. 266.03

ORIGEM: CCJ, por deliberação da maioria.

PROC. Nº. 432- Proj. Lei 04. Recurso.

Não vemos como possa ser **provido o presente recurso**. Pois, como já dito em pareceres anteriores várias são as decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio grande do Sul, a respeito de Leis Autorizativas.

Para maior esclarecimento do assunto transcrevemos:

ADIN. LEI AUTORIZATIVA.

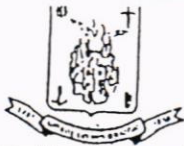
A lei que autoriza o executivo a agir em matérias de sua iniciativa privativa implica, em verdade, uma determinação, sendo, portanto, inconstitucional. Ação julgada procedente. “(ADIN Nº. 593099377, Tribunal de Justiça do Estado/RS).

Nos cingindo, tão somente, aos argumentos do recorrente, deixamos de acrescentar várias outras **inconstitucionalidades** contidas no projeto, pois as mesmas já foram apontadas no processo e, que, pelas informações recebidas foram furtados.

A Consideração Superior.

220103

Júlio Rodrigues
CONSULTOR JURÍDICO



A mais antiga do Estado
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PLS. 6

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER 76

PROCESSO... 432/03

Esta Comissão, após apreciar o Projeto, constante do Processo acima enumerado, declara ~~não~~ haver impedimento a sua tramitação.

☒ INCONSTITUCIONAL

☐ ANTIJURÍDICO

☐ ANTIREGIMENTAL

☐ INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA

Este é o parecer desta Comissão.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2003.

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Membro

Membro

Doc. copiado de: Arquivo: Salvo: Voto 1

RUA GENERAL VITORINO, 441-CEP 96 200-110 FONE (51) 211-17-11-FAX (51) 211-17-86-RIOGRANDE-RS
e-mail: cmrg@vetorialnet.com.br site: www.camara.riogrande.rs.gov.br

Voto separado:
O projeto não obriga, coloca a expressão "optar",
portanto, não entendo como inconstitucional.

M. José
12/09/03